

**CONTRA A MORAL
E OS BONS
COSTUMES**

**A DITADURA E A
REPRESSÃO À
COMUNIDADE LGBT**

**COLEÇÃO
ARQUIVOS
DA REPRESSÃO
NO BRASIL**

RENAN QUINALHA

**COORDENADORA DA COLEÇÃO
HELOISA M. STARLING**

COMPANHIA DAS LETRAS

INTRODUÇÃO 11

1. A VIOLÊNCIA NAS RUAS: CONTROLE MORAL E REPRESSÃO POLICIAL 41

2. “DESCOBRIMOS QUE NÃO ESTÁVAMOS SOZINHOS”:

MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NA DITADURA 98

3. *LAMPIÃO DA ESQUINA* 142

4. A CENSURA EM NOME DA MORAL E DOS BONS COSTUMES 177

CONSIDERAÇÕES FINAIS 275

AGRADECIMENTOS 284

NOTAS 287

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 337

CRÉDITOS DAS IMAGENS 365

ÍNDICE REMISSIVO 367

INTRODUÇÃO

DIVERSOS FORAM OS ESFORÇOS DE ASSOCIAÇÃO ENTRE HOMOSSEXUAIS no Brasil do século xx, mesmo quando essa nomenclatura nem sequer era utilizada ou popularizada para se referir àqueles e àquelas que buscavam relação sexual e/ou afetiva com pessoas do mesmo sexo. Eventos sociais, apresentações de travestis, folias carnavalescas, concursos de miss, desfiles de fantasias, boletins e publicações mimeografadas são alguns exemplos das iniciativas criativas de homens e mulheres que, em diferentes períodos, desafiaram o binarismo das normas rígidas de gênero e sexualidade.

Contudo, essas articulações e movimentações, com inegável caráter político, eram circunscritas a alguns guetos territoriais e de classe, sobretudo nas maiores e mais urbanizadas capitais do país. Apesar de ousadas, tais iniciativas converteram-se lentamente em um padrão mais estável e público de ação coletiva. Somente na segunda metade da década de 1970, foram ensaiadas as primeiras tentativas exitosas e com continuidade de organização política de homossexuais de que se tem registro histórico, mas, em razão da ainda incipiente abertura política, havia uma série de dificuldades a enfrentar.¹

Em meados de 1976, sob a ditadura civil-militar iniciada em 1964 no Brasil, começaram a circular panfletos apócrifos por toda a cidade do Rio de Janeiro, com uma convocatória incomum. Sem identificar os organizadores da iniciativa, que assinavam apenas UHB — União do Homossexual Brasileiro —, os convites não usavam de meias-palavras quanto ao objetivo do encontro, que ocorreria nos jardins do Museu de Arte Moderna (MAM): realizar o I Congresso do Homossexual Brasileiro e instituir o Dia do Homossexual, em que seria comemorada a libertação dessa comunidade. Constavam ainda, no mesmo

convite, os propósitos ousados do encontro até então inédito e marcado para o dia 4 de julho:

[...] além de nos confraternizarmos, teremos a oportunidade de conhecer o perfil da luta em que nos empenhamos pelos direitos do homossexual brasileiro a uma vida digna e respeitada. Vá e leve o seu caso. Vá e leve os seus trabalhos. Se for simpatizante, leve o seu sorriso e o seu abraço para o amigo desacompanhado. Viva! Viva a União do Homossexual Brasileiro. Por melhores oportunidades e igualdade de condições. Viva o 4 de julho! Alegria. Amor. Respeito.

No dia marcado, em meio à grande expectativa, aglomeraram-se jornalistas do Rio de Janeiro e de São Paulo para cobrir o evento. No entanto, em vez de gays, lésbicas e pessoas trans, o que mais havia no local eram policiais. “Polícia acaba com o Dia do Homossexual” foi o título da matéria do jornal *Última Hora*, que relatou a repressão contra a realização desse primeiro encontro dos homossexuais:

Operação Salto-Alto da polícia impediu ontem à tarde reunião nos jardins do Museu de Arte Moderna, para comemoração do Dia do Homossexual. Com a chegada de 20 carros e 70 homens do Departamento Geral de Investigações Especiais, da 3ª DP da Delegacia de Vigilância-Centro, às 13h, poucos travestis se aproximaram do local, no Parque do Flamengo.²

Sintomático o nome da operação ser “Salto-Alto”, um acessório de vestuário associado à ideia hegemônica da feminilidade. Ninguém sabia quem organizara a festa, que se propunha a tratar da União do Homossexual Brasileiro com “alegria, amor e respeito”. Um dos poucos presentes, José Jurandir Garrido, escapou ao bloqueio policial, mas “estava irritado” e “lamentou a ausência de outros adeptos à reunião”.

Garrido, como o denominava a reportagem, era na verdade uma travesti que se autodenominava Garrida e que declarou, com botas de salto alto, calça justa de veludo azul e blusão:

[...] vim para a realização da concentração, mas nem os promotores apareceram. Acho que ficaram com medo. Mas, não há nada a temer. Não há

crime nenhum em ser homossexual. Temos que lutar por nossos direitos, mas desta forma não vamos conseguir nada. O pessoal não se une. Não há espírito de classe, nem de solidariedade. Como eu, muitos outros vieram, mas não houve a concentração.³

Garrida estava frustrada com a ausência de pessoas nas mesmas condições que ela. A declaração corajosa revela a dificuldade de mobilização das pessoas LGBT em um período tão adverso. O clima de medo generalizado em consequência da presença ostensiva das forças de segurança, junto com o conservadorismo moral alçado à política oficial, aumentava o custo social para que homossexuais pudessem assumir publicamente suas sexualidades dissidentes. O peso da repressão estatal e do próprio preconceito internalizado marcam desde o princípio as iniciativas de organização política dos homossexuais.

Tal condição acabava impondo uma dupla clandestinidade a esses segmentos: de um lado, era necessário fugir do contato direto com agentes do Estado que restringiam a vivência pública de condutas não heteronormativas; por outro, era preciso evitar a exposição da própria homossexualidade, nem sempre assumida e em geral estigmatizada socialmente por família, amigos e colegas de trabalho.

De qualquer modo, considerando todas essas adversidades, uma reportagem do *Bagaço*⁴ sobre o ocorrido considerava o evento, ainda que frustrado, um acontecimento histórico:

É de se registrar um fato quase inédito na América Latina e no Brasil em particular. Trata-se da vontade manifestada pelos homossexuais de se reunirem para debater seus problemas. O momento que nosso País atravessa é dos mais significativos em sua história recente. Dificilmente se ouviu falar que alguém ou algum grupo se reuniu para discutir ou questionar qualquer problema mais sério do que [...] futebol, por exemplo. E, na pauta do Congresso, fartamente distribuída, lia-se a palavra “direitos”. Não por mera coincidência.

De fato, reivindicar direitos naquele momento era uma atitude de dimensões históricas. Mas, se não era a primeira vez que a comunidade LGBT ensaiava se levantar por seu pleno reconhecimento à luz do dia, algo parecia estar mu-

dando nas consciências individuais e nas condições objetivas. Não tardariam muito os primeiros passos do movimento homossexual brasileiro.

Passadas mais de quatro décadas, o hoje conhecido movimento LGBT não apenas ousou existir na cena pública, mas também conquistou o reconhecimento de alguns direitos fundamentais, como a união estável e o casamento civil homoafetivo, a mudança do nome e do sexo diretamente nos cartórios para pessoas trans e a criminalização da LGBTfobia. Além disso, a diversidade sexual e de gênero passou a ter enorme visibilidade na mídia, nas novelas, nos estudos acadêmicos e nas produções culturais. Anualmente, as Paradas do Orgulho LGBT reúnem milhões de pessoas por todo o território nacional, conformando aquelas que se tornaram as mais expressivas e massivas manifestações de rua no país desde as Diretas Já. Em especial, a cidade de São Paulo — onde ocorreram em 1978 as primeiras reuniões do Somos, grupo pioneiro do movimento homossexual brasileiro —, sede da maior Parada do Orgulho LGBT de todo o mundo.

Como foi possível a um movimento social tão jovem como o LGBT construir uma trajetória que, em algumas poucas décadas, foi do encontro de homossexuais frustrado pela polícia em 1976 para a mais grandiosa Parada LGBT do mundo? Nada simples. Essa é uma das questões centrais que procuro discutir neste livro e que demanda uma análise de diferentes dimensões da história recente do Brasil.

VERDADE E HOMOSSEXUALIDADES

No dia 29 de março de 2014, no final de semana que marcou o aniversário de cinquenta anos do golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e instaurou um regime autoritário que se arrastaria por mais de vinte anos, realizou-se uma histórica audiência pública sobre um tema ainda pouco discutido no Brasil: os modos de existência das homossexualidades durante a ditadura.

Em um momento em que a sigla LGBT já estava consolidada no debate público e na esfera institucional como o reconhecimento da diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero consideradas não normativas, o termo “homossexualidades”, usado na oportunidade, rememorava a designação uniformizadora utilizada até o início dos anos 1990.

Também foi bastante simbólico desse novo momento vivido pela população LGBT que o antigo prédio do Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), onde funcionou um dos mais importantes órgãos repressivos da ditadura e que hoje sedia o Memorial da Resistência, tenha reservado a disputada data da efeméride do cinquentenário do golpe para pautar a discussão de um tema até então pouco prestigiado, tanto nas pesquisas acadêmicas como nas políticas públicas de verdade, memória e justiça em relação aos crimes estatais do passado recente.

Mais expressivo ainda é que tal prédio se localize em pleno território da Boca do Lixo, ou Quadrilátero do Pecado. Referência de "baixa prostituição" e do cinema marginal das décadas de 1960 e 1970 — Rogério Sganzerla filmou ali seu *O bandido da luz vermelha* —, essa área do centro paulistano também era muito frequentada por pessoas LGBT, sobretudo das classes populares. Não à toa, foi particularmente afetada pela violência das forças de segurança à época da ditadura.

No auditório totalmente cheio, com mais de duzentas pessoas, encontravam-se diversos militantes, de diferentes gerações, do movimento LGBT brasileiro, demonstrando um interesse até então pouco evidente no ativismo por sua própria memória e história.⁵

Tal iniciativa, que contava com representantes de duas das principais Comissões da Verdade do país, a nacional e a estadual paulista, além de secretários de Estado da Cultura e da Justiça, marcou simbolicamente um compromisso desses órgãos estatais perante a comunidade LGBT e a sociedade em geral. O objetivo do encontro era “contribuir para uma análise interdisciplinar das relações entre a ditadura brasileira (1964-1985) e a homossexualidade. Em especial, pretend[ia]-se discutir de que maneiras a ditadura dificultou tanto os modos de vida de gays, lésbicas, travestis e transexuais, quanto à afirmação do movimento LGBT no Brasil durante os anos 1960, 1970 e 1980”.⁶ Selou-se, ali, naquele momento histórico e diante de uma plateia expressiva como testemunha, uma espécie de acordo no sentido de que essa memória, até então oficialmente invisibilizada, viria à tona com o relatório final das comissões.

Tudo isso foi fundamental para que, após o prazo de funcionamento desses órgãos, tal ajuste viesse a ser cumprido. Com efeito, a Comissão Nacional da Verdade, criada pela lei nº 12528 de 2011 com o objetivo de apurar as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1964 e 1985, incluiu em seu reporte um capítulo específico sobre o tema, localizado no volume de “Textos